



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO

PARECER JURÍDICO

Inexigibilidade de Chamamento Público

Objeto: REPASSE DE RECURSO PÚBLICO PARA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS E DE INTERESSE SOCIAL ABARCADO PELA INVIABILIDADE/INEXISTÊNCIA DE COMPETIÇÃO

Trata-se de procedimento autuado como inexigibilidade de chamamento público, nos termos do artigo 32 da Lei 13.019/2014, oriundo de solicitação de repasse de recursos públicos para entidade sem fins lucrativos e de interesse social (Organização da Sociedade Civil), **ASSOCIAÇÃO GRUPO DE TERCEIRA IDADE AMAR E VIVER** Visto isto, considerando a autuação dada ao procedimento objeto da presente manifestação, cumpre analisar especificamente a Inexigibilidade de Chamamento Público.

Destaca-se que, com o advento da Lei Federal nº 13.019/2014, que, rege as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, disciplinou, através do chamamento público, a modalidade de seleção destas organizações.

Em seu artigo 10, inciso XII, a referida Lei, assim define o chamamento público, *in verbis*:
XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da proibidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

Ainda, em seu artigo 24, prevê a necessidade de chamamento público, *in verbis*:

Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

É considerado inexigível o chamamento público, nos moldes do artigo 31, *caput*, da Lei 13.019/2014, quando em razão da inviabilidade/inexistência de competição. O que se verifica no presente procedimento, por se tratar de uma Associação Grupo de Terceira Idade Unidos na Alegria de Rodeio Bonito, a qual busca recurso junto a esta Municipalidade para custear parte do transporte deste grupo, bem como outras despesas de manutenção das atividades do grupo, que desenvolve um trabalho muito importante, ou seja além de proporcionar um espaço adequado para os encontros, onde desenvolvem seus projetos de artesanato, danças, culinária, palestra sobre saúde, e estão com a mente buscando sempre estar de bem com a vida, e ter momentos de alegrias, haja visto que muitos não tiveram oportunidade, pois somente trabalhavam e cuidavam de seus filhos, hoje eles tem sua diversão garantida, seja na dança no artesanato ou até mesmo em conversas com os demais. Além disso, representam o



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO

Município quando da realização de feiras e outras comemorações relativas. Com este trabalho muitos deles não estão mais com problemas de saúde, que é uma grande vitória para todos.

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica [...]

A caracterização de inviabilidade de competição resta comprovada pela justificativa, em anexo, do Poder Público, de que se trata de única Associação desta natureza - Grupo da Terceira Idade Unidos na Alegria de Rodeio Bonito - no Município. Assim, em conformidade ao artigo retro mencionado, não havendo concorrentes no mercado e, portanto, inexistente a competição exigida para caracterizar a disputa.

Pois bem, o procedimento em análise é de inexigibilidade de chamamento público, tendo em vista que a Associação Grupo da Terceira Idade Unidos na Alegria - RS., é uma organização civil singular, sendo inviável a competição.

Quanto aos documentos necessários a celebrar a referida parceria, é necessário cumprir com os requisitos elencados nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ademais, importante destacar que as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público, previstas nos artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, deverão ser devidamente justificadas pelo administrador público. Além disso, a justificativa deve ser publicada no sitio oficial na internet sob pena de nulidade.

Diante do exposto, analisando os documentos que instruem o presente procedimento, bem como as justificativas apresentadas, desde que cumpridos os requisitos legais, o parecer é pelo prosseguimento da inexigibilidade de chamamento público, e formalização de Termo de Fomento, pelas exposições retro mencionadas.

É o parecer.

Rodeio Bonito/RS, 01 de agosto de 2022.

Paula Geisa Pena
Assessora Jurídico do Município
OAB/RS 100.531